

TERMO DE REFERÊNCIA

Objetivo: O presente Termo de Referência tem como finalidade a aquisição de equipamentos para o Laboratório Municipal, visando garantir a adequada e eficiente prestação de serviços aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Balneário Camboriú. A contratação busca aprimorar a capacidade operacional do laboratório, com maior agilidade, precisão e qualidade na realização de exames.

Unidade Requisitante: LABORATORIO MUNICIPAL - SETOR DE PLANEJAMENTO

Área Técnica/Equipe de Planejamento/Agente responsável pela elaboração do ETP:

Alessandra Kaestner Enríquez, 33.802/2026

Diretora de Planejamento ,SMS

1. Definição do objeto

Fundamentação: 1.1. Finalidade O presente Termo de Referência tem como finalidade a formação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de EQUIPAMENTOS destinados ao Laboratório Municipal de Análises Clínicas, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde de Balneário Camboriú. A contratação visa assegurar o abastecimento regular e adequado, garantindo a continuidade, a eficiência e a qualidade dos serviços laboratoriais prestados à população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS). 1.2. Natureza do Objeto 1.2.1. Os bens objeto desta contratação são classificados como bens comuns, uma vez que possuem características, especificações e padrões de desempenho usuais no mercado, conforme disposto no inciso III, § 1º do art. 3º da Instrução Normativa SCM nº 005/2024. 1.2.2. Os itens deverão ser licitados de forma individual, não havendo necessidade de aglutinação em lotes, considerando que a aquisição por item possibilita maior competitividade entre os licitantes, amplia a participação de fornecedores especializados, evita restrições indevidas à concorrência e permite melhor adequação às necessidades específicas do Laboratório Municipal de Análises Clínicas.

2. Fundamentação da contratação

Fundamentação: A presente demanda decorre da necessidade de estruturar, manter e aprimorar as atividades desenvolvidas pelo Laboratório Municipal de Análises Clínicas, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde de Balneário Camboriú, o qual desempenha papel essencial no suporte diagnóstico da rede pública de saúde. O laboratório é responsável pela realização de exames laboratoriais indispensáveis ao diagnóstico, acompanhamento clínico e monitoramento de agravos à saúde da população atendida pelo Sistema Único de Saúde (SUS), constituindo-se como elemento estratégico para a tomada de decisões médicas e para a efetividade das políticas públicas de saúde. As rotinas laboratoriais envolvem múltiplas etapas técnicas interdependentes, incluindo coleta, preparo, processamento e análise de amostras biológicas, exigindo infraestrutura adequada e equipamentos específicos que assegurem precisão, confiabilidade e segurança nos resultados obtidos. Entretanto, verifica-se a necessidade de aquisição de novos equipamentos laboratoriais, seja para substituição de equipamentos obsoletos ou insuficientes, seja para ampliação da capacidade operacional do laboratório, de modo a atender à crescente demanda por exames laboratoriais no âmbito municipal. A insuficiência ou inadequação de equipamentos pode comprometer diretamente a qualidade dos exames realizados, ocasionar

atrasos na liberação de resultados, aumentar o risco de falhas analíticas e, consequentemente, impactar negativamente na assistência à saúde dos usuários. Nesse contexto, a aquisição de equipamentos como autoclaves, estufas, centrífugas, homogeneizadores, microscópios, coagulômetros, contadores celulares e equipamentos de apoio, mostra-se imprescindível para garantir: A continuidade dos serviços laboratoriais sem interrupções; A melhoria da qualidade analítica e confiabilidade dos exames; A redução do tempo de resposta dos resultados; A segurança dos profissionais e dos processos laboratoriais; A padronização e modernização das rotinas técnicas; A ampliação da capacidade de atendimento à demanda da rede municipal de saúde. Dessa forma, a presente contratação justifica-se como medida necessária e estratégica para assegurar a eficiência, a resolutividade e a qualidade dos serviços laboratoriais prestados à população, em consonância com os princípios da integralidade, universalidade e equidade que regem o Sistema Único de Saúde. A contratação encontra amparo na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente nos princípios da eficiência, planejamento, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público, sendo adotado o Sistema de Registro de Preços em razão da impossibilidade de definição exata dos quantitativos a serem adquiridos durante a vigência da ata, permitindo aquisições futuras conforme a necessidade da Administração Pública.

3. Descrição da solução como um todo

Fundamentação: A solução proposta consiste na aquisição de equipamentos laboratoriais permanentes destinados à estruturação, modernização e ampliação da capacidade operacional do Laboratório Municipal de Análises Clínicas, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde. A contratação contempla o fornecimento dos equipamentos relacionados na Solicitação 567/2026, com especificações técnicas mínimas que asseguram qualidade, durabilidade, segurança e compatibilidade com as rotinas laboratoriais, observando as normas sanitárias vigentes. A solução contempla um conjunto integrado de equipamentos essenciais para execução de exames laboratoriais nas áreas de hematologia, microbiologia, bioquímica e apoio diagnóstico, garantindo: Melhoria da qualidade analítica dos exames; Maior segurança nos processos de esterilização; Agilidade no processamento das amostras; Redução de retrabalho e perdas; Atendimento às normas sanitárias e de biossegurança. A aquisição será realizada por meio de processo licitatório, preferencialmente na modalidade Pregão Eletrônico, assegurando ampla competitividade, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. A aquisição de equipamentos para laboratório por meio do Sistema de Registro de Preços mostra-se necessária diante da impossibilidade de prever, com exatidão, o quantitativo e o momento das futuras aquisições, considerando as demandas variáveis da rede pública de saúde, eventuais substituições de equipamentos inoperantes, ampliação de serviços laboratoriais, necessidade de manutenção da continuidade assistencial e atualização tecnológica dos equipamentos utilizados. A adoção do Registro de Preços proporciona maior eficiência administrativa, economicidade e flexibilidade na gestão contratual, permitindo que a Administração realize as aquisições conforme a necessidade efetivamente apresentada durante a vigência da ata, evitando aquisições excessivas, desnecessárias ou ociosidade de equipamentos. Além disso, considerando que os equipamentos laboratoriais possuem características técnicas específicas, necessidade de compatibilidade com rotinas laboratoriais já existentes e podem demandar reposição ou ampliação gradual, o Sistema de Registro de Preços possibilita melhor planejamento das contratações futuras, garantindo maior celeridade no atendimento das demandas do serviço público de saúde, sem prejuízo da continuidade dos atendimentos laboratoriais prestados à população.

4. Requisitos da contratação

Fundamentação: Os requisitos da contratação têm por objetivo estabelecer as condições mínimas necessárias para assegurar que os produtos adquiridos atendam aos padrões de qualidade, segurança e desempenho exigidos para utilização na rede municipal de saúde, em conformidade com a legislação vigente. Dessa forma, deverão ser observados os seguintes requisitos: 4.1 O fornecedor deverá atender aos requisitos de habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal, social e trabalhista, bem como à qualificação econômico-financeira, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e nas condições estabelecidas no edital da licitação. 4.1.1 A comprovação das condições de habilitação deverá ocorrer mediante a apresentação da documentação exigida no edital, observando-se os critérios definidos pela Administração para a regular participação no certame e para a adequada execução contratual. 4.2 Os produtos ofertados deverão possuir registro ou notificação válida junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e certificação do INMETRO, quando aplicável, em conformidade com a legislação sanitária vigente. 4.2.1 Os produtos deverão atender às normas técnicas e sanitárias aplicáveis a equipamentos para laboratório de análises clínicas, garantindo condições adequadas de segurança, eficácia e qualidade para uso em procedimentos de saúde. 4.3 Os equipamentos deverão apresentar características técnicas compatíveis com aquelas descritas nas especificações do objeto, assegurando sua adequada utilização nos procedimentos realizados nas unidades de saúde do Município, bem como possuir certificação do INMETRO, quando aplicável. 4.3.1 Os produtos deverão ser fornecidos novos, em perfeitas condições de uso e livres de quaisquer defeitos de fabricação. 4.3.2 Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data do recebimento definitivo, podendo a garantia ser prestada pelo fabricante e/ou fornecedor. Caso o fabricante ofereça garantia por período inferior ao exigido, caberá ao fornecedor complementar o prazo restante, de modo a assegurar a cobertura integral mínima de 12 (doze) meses para os equipamentos fornecidos. 4.4 O fornecimento dos itens deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pela Administração, salvo prorrogação devidamente justificada e aceita pelo Município. 4.4.1 O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, mediante emissão de Autorização de Fornecimento pelo setor competente. 4.4.2 A entrega dos materiais poderá ocorrer no CIAD – Rodovia BR-101, km 131, Marginal Oeste, Trade Park – Galpão B8, ou em outro local indicado pela Secretaria Municipal de Saúde e pelo Laboratório Municipal, devidamente acondicionados e transportados de forma a preservar sua integridade e condições sanitárias. 4.5 O fornecedor deverá manter seus dados de contato atualizados junto ao cadastro de fornecedores do Município, incluindo endereço eletrônico e telefone, assegurando comunicação eficaz durante a execução contratual. 4.5.1 O fornecedor deverá garantir que os produtos entregues estejam em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas, podendo a Administração rejeitar, no todo ou em parte, os itens em desacordo com as exigências. 4.6 O prazo de validade dos produtos deverá observar aquele definido no respectivo registro, quando aplicável. 4.7 Os produtos fornecidos deverão possuir garantia contra defeitos de fabricação, nos termos do fabricante ou da legislação vigente, contada a partir do recebimento definitivo. 4.8 Deverão ser observadas, sempre que aplicável, práticas que contribuam para a redução de impactos ambientais, incluindo o uso de embalagens adequadas, bem como o cumprimento das normas sanitárias relativas ao descarte de resíduos de serviços de saúde. 4.9 Poderão ser solicitados catálogo, portfólio, ficha técnica, prospecto ou descrição detalhada dos equipamentos ofertados, a fim de possibilitar a análise técnica pelo laboratório requisitante.

5. Justificativa nos casos de licitações não exclusivas

Fundamentação: 5.1. Os termos do art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e o artigo 23 do Decreto 8.981/2018, inciso II, a Administração Pública pode deixar de aplicar a exclusividade ou a reserva de cotas para ME/EPP quando tais medidas não se mostrarem vantajosas ou representarem risco ao objeto licitado. 5.2.. Ressalta-se ainda que a exclusividade ou reserva de

cotas para ME/EPP pode restringir a participação de fabricantes, distribuidores e empresas de maior porte, comprometendo a competitividade. Ademais, como os custos tributários, logísticos e comerciais incidem de forma uniforme sobre toda a cadeia, há risco de que os preços ofertados por ME/EPP fiquem mais elevados, onerando a Administração. 5.3. Dessa forma, a não aplicação de exclusividade e de cotas neste certame resguarda a competitividade, a economicidade, a eficiência da contratação e, sobretudo, a continuidade da prestação dos serviços de saúde à população.

6. Justificativa para permissão ou vedação de consórcios

Fundamentação: 6.1. Vedação à Participação de Consórcios: Fica vedada a participação de consórcios no processo licitatório. 6.2. Justificativa da Vedação: A vedação à participação de consórcios no certame se dá pois o objeto não caracteriza vultuosidade, heterogeneidade e complexidade técnica, conforme a Lei nº 14.133/2021.

7. Modelo de execução do objeto

Fundamentação: 7.1. Recebimento dos Materiais 7.1.1. O recebimento dos materiais será realizado por servidores públicos devidamente autorizados, em dias úteis e em horário comercial, conforme orientação do responsável técnico do Laboratório Municipal. 7.2. Solicitação e Autorização de Fornecimento 7.2.1. Os materiais serão solicitados de acordo com a demanda do Laboratório Municipal. 7.2.2. Após a solicitação, será emitida Autorização de Fornecimento (AF), a qual será encaminhada à empresa fornecedora. 7.2.3. No ato da entrega, as Notas Fiscais deverão conter, obrigatoriamente: a) Quantidades fornecidas; b) Marcas e especificações dos produtos; c) Data de validade; d) Número da Autorização de Fornecimento correspondente. 7.3. Prazo de Entrega 7.3.1. O prazo máximo para entrega dos materiais será de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento (AF) pela empresa contratada. 7.4. Transporte dos Materiais 7.4.1. O transporte dos materiais deverá ser realizado em veículo adequado às exigências sanitárias e técnicas, de modo a garantir a qualidade, segurança e integridade dos produtos, observando rigorosamente as normas da ANVISA e demais legislações pertinentes, especialmente quanto a condições de temperatura, umidade e luminosidade, quando aplicável. 7.5. Condições das Embalagens na Entrega 7.5.1. Os produtos deverão ser entregues: a) Em suas embalagens originais de fábrica, conforme especificações do Edital e normas legais vigentes; b) Devidamente identificados, com rótulo legível, completo e sem ocultação de informações por adesivos de transporte; c) Sem sinais de violação, umidade, manchas, danos, adulterações ou qualquer comprometimento da integridade do produto; d) Com prazo de validade mínima compatível com o uso, conforme exigências sanitárias. 7.6. Local de Entrega 7.6.1. Os materiais deverão ser entregues no seguinte endereço: Laboratório Municipal – Rua 990, nº 81 – Balneário Camboriú/SC ou no local sugerido pela SMS. 7.7. Periodicidade das Entregas 7.7.1. As entregas ocorrerão de forma parcelada, conforme as necessidades da instituição, ao longo da vigência do Sistema de Registro de Preços (SRP), com validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada nos termos da legislação vigente. 7.8. Obrigações da Contratada 7.8.1. Executar fielmente o objeto contratado, observando rigorosamente as especificações, prazos e condições estabelecidos no Edital e neste Termo de Referência. 7.8.2. Garantir a qualidade, procedência e conformidade dos materiais fornecidos com as normas sanitárias vigentes, especialmente aquelas expedidas pela Vigilância Sanitária e pelo Ministério da Saúde, assegurando que os produtos possuam prazo de validade mínima compatível com seu uso. 7.8.3. Em caso de descumprimento das especificações, a contratada será responsável por todos os prejuízos decorrentes, devendo providenciar a substituição dos materiais sem qualquer ônus para a Administração. 7.8.4. Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os materiais entregues que apresentarem danos, vícios ou não conformidades, inclusive decorrentes de transporte inadequado, no prazo

improrrogável de até 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da notificação formal. 7.8.5. Arcar com todos os encargos trabalhistas, fiscais, comerciais, tributos, fretes e demais despesas decorrentes do fornecimento dos materiais, não cabendo qualquer ônus adicional à Administração Pública. 7.8.6. Manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições de habilitação exigidas no processo licitatório. 7.8.7. Todos os produtos fornecidos deverão apresentar, de forma clara e visível na embalagem: a) Data de validade; b) Número do grupo, quando aplicável; c) Número do lote; d) Identificação completa em língua portuguesa, conforme exigência legal.

8. Modelo de gestão do contrato

Fundamentação: 8.1. Execução Fiel do Contrato 8.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, em conformidade com as cláusulas avençadas e com as disposições da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, nos termos do art. 115, caput, da referida lei. 8.2. Acompanhamento e Fiscalização da Execução 8.2.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por fiscal(is) do contrato, ou por seus respectivos substitutos, formalmente designados pela Administração, nos termos do art. 117, caput, da Lei nº 14.133/2021. 8.3. Designação dos Servidores Responsáveis 8.3.1. Para o contrato a ser firmado em decorrência deste certame, ficam designados os seguintes servidores: a) Gestora do Contrato: Daniela de Marco Ricon – Diretora da Divisão de Saúde. b) Fiscal Administrativa: Deise Alexandra de Souza – Farmacêutica Bioquímica – Matrícula nº 8139. c) Fiscal Técnico/Setorial: Deise Alexandra de Souza – Farmacêutica Bioquímica – Matrícula nº 8139. 8.4. Anotação de Ocorrências e Comunicação 8.4.1. O fiscal do contrato deverá registrar, em instrumento próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos eventualmente constatados, conforme disposto no art. 117, §1º, da Lei nº 14.133/2021. 8.4.2. Sempre que a situação exigir providências ou decisões que extrapolem sua competência, o fiscal deverá comunicar o fato aos seus superiores em tempo hábil, nos termos do art. 117, §2º, da Lei nº 14.133/2021. 8.5. Obrigação de Reparar, Corrigir, Remover ou Substituir 8.5.1. A contratada ficará obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, conforme art. 119 da Lei nº 14.133/2021. 8.6. Responsabilidade por Danos 8.6.1. A contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em decorrência da execução do contrato, não sendo excluída ou reduzida essa responsabilidade em razão da fiscalização ou do acompanhamento exercidos pela Administração, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021. 8.7. Responsabilidade pelos Encargos 8.7.1. Caberá exclusivamente à contratada a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme art. 121, caput, da Lei nº 14.133/2021. 8.8. Inadimplência dos Encargos 8.8.1. A inadimplência da contratada quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato, nos termos do art. 121, §1º, da Lei nº 14.133/2021. 8.9. Comunicações 8.9.1. As comunicações entre o órgão ou entidade contratante e a contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se a utilização do Protocolo Eletrônico do Município, nos termos do Decreto Municipal nº 9.689/2019. 8.10. Exigências para Pagamento 8.10.1. Para fins de pagamento da nota fiscal ou fatura, será exigida a apresentação dos seguintes documentos válidos: a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND); b) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF); c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT). 8.11. Recebimento dos Materiais 8.11.1. O recebimento do objeto observará o disposto no art. 140, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. 8.11.2. Recebimento Provisório: O recebimento provisório será realizado de forma sumária pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para posterior verificação da conformidade dos materiais com as exigências contratuais. Parágrafo único. A CONTRATANTE terá o prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, contados da data do recebimento, para verificar a conformidade dos produtos fornecidos e da respectiva nota fiscal com o Edital e seus anexos. Constatada qualquer divergência no ato da entrega, os materiais serão devolvidos imediatamente ao transportador, com o devido registro no comprovante de entrega. 8.11.3. Recebimento Definitivo: O recebimento definitivo será realizado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado que comprove o atendimento integral das exigências contratuais, após verificação da quantidade, qualidade e aceitação do objeto, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório. 8.11.4. Nota Fiscal e Conferência: Todos os itens entregues deverão estar acompanhados de nota fiscal, em duas vias, contendo a assinatura do responsável pelo

recebimento, ficando uma via com o fornecedor e outra com a Secretaria de Saúde. Os produtos serão conferidos quanto à conformidade com a Autorização de Fornecimento, quantidades, especificações e qualidade. 8.11.5. Conformidade dos Valores: Os valores constantes das notas fiscais deverão estar rigorosamente de acordo com os valores homologados e com aqueles previstos na respectiva Autorização de Fornecimento. 8.11.6. Rejeição do Objeto: O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com a Autorização de Fornecimento, com o contrato ou com as especificações estabelecidas no Edital e seus anexos.

9. Critérios de medição e de pagamento

Fundamentação: Condições de Pagamento: 9.1 O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento dos produtos e da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato. 9.2. Encargos Moratórios por Atraso no Pagamento: 9.2.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, 1 aplicando-se a seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$ Onde: EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga; TX = Índices oficiais aplicáveis à caderneta de poupança; I = Índice de compensação financeira, assim apurado: $I = 365 (TX/100) ?$ 9.3. Retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF): 9.3.1. O Município de Balneário Camboriú, em cumprimento ao Tema de Repercussão Geral nº 1.130 do Supremo Tribunal Federal (STF), irá ampliar as hipóteses de retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidentes no pagamento de mercadorias e serviços, de acordo com o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012.

10. Forma e critério de seleção do fornecedor

Fundamentação: 10.1. Modalidade e Critério de Julgamento da Licitação: A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço por item, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021. 10.2 As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital: a) Habilitação jurídica; conforme previsto no edital; b) Habilitação fiscal, social e trabalhista, conforme previsto no edital; e c) Habilitação econômico-financeira, conforme previsto no edital. 10.3. Qualificação Técnica a) Alvará Sanitário Municipal ou Estadual do domicílio da proponente, dentro do prazo de validade. b) Autorização de Funcionamento da Empresa licitante (AFE) expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) ou publicada no DOU.

11. Estimativas do valor da contratação

Fundamentação: Estima-se para a contratação almejada o valor R\$ 140.346,32 Os valores constantes neste Estudo Técnico Preliminar foram obtidos na pesquisa inicial: BANCO DE PREÇOS e Pesquisa com fornecedores.

12. Adequação orçamentária

Fundamentação: Dotação 521 - 4 . 20001 . 10 . 302 . 5028 . 2.327 . 0 . 449000 -100200 - Receitas e Transf. de Impostos - Saúde r\$140.346,32

Responsáveis pela Elaboração:

Nome do responsável: CLAUDIA MACHADO Cargo: Farmacêutica Matricula/Portaria: 27209	Responsáveis: Cargo: : Matricula/Portaria:	Responsáveis: Cargo: : Matricula/Portaria:
Responsáveis: Cargo: : Matricula/Portaria:	Responsáveis: Cargo: : Matricula/Portaria:	Responsáveis: Cargo: : Matricula/Portaria:

Responsável pela Ratificação:

Nome do responsável: : Aline Leal
Cargo: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Matricula/Portaria : 32.153/2025

Balneário Camboriú, 29 de Maio de 2026